

Divinópolis/MG, 05 de Dezembro de 2018

## Prefeitura parcela salários de novembro e deposita primeira parte nesta quinta-feira

*Sintram aguarda reunião com o Executivo para apresentar reivindicações dos servidores*

Fotos: Jotha Lee/Sintram



*Na semana passada, o Sintram convocou uma assembleia dos servidores do quadro geral do município, com o objetivo de discutir os parcelamentos de salários que voltaram a ser praticados pelo Executivo, a partir do pagamento de do mês de outubro*



*Na assembleia, entre outras reivindicações, os servidores do quadro geral da prefeitura definiram como uma das reivindicações, a apresentação de um cronograma para o pagamento dos salários até o fim do ano*

Os servidores públicos de Divinópolis continuarão recebendo os salários parcelados. A exemplo do que ocorreu em outubro, os salários de novembro serão escalonados e a primeira parcela será depositada nesta quinta-feira (6), conforme nota oficial publicada pela Secretaria Municipal de Fazenda. Segundo a nota, a prefeitura depositará o valor de R\$ 1 mil nesta quinta-feira para todos os servidores.

A nota não informa como será feito o pagamento do restante dos salários de novembro, mas acrescenta que “o município aguarda ainda o resultado de ações que estão sendo tomadas, no sentido de recuperar R\$ 1,8 milhão do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) que seriam depositados na conta do Município bloqueados pelo Estado para saldar precatórios”. A nota se refere à decisão tomada na semana passada pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG), que determinou o sequestro de R\$ 7,9 milhões do município para pagamento de precatórios. Segundo a decisão, a dívida de Divinópolis com precatórios chega a R\$ 10,4 milhões e a prefeitura não cumpriu o planejamento para pagamento da dívida. Ainda segundo a decisão do TJMG, o sequestro dos bens se refere às parcelas da dívida de 2017, que não foram depositadas pela prefeitura. Além do sequestro dos bens, o Tribunal determinou, ainda, a inclusão do nome do município no Cadastro das Entidades Devedoras Inadimplentes (Cedin).

A prefeitura já pediu a revisão da decisão junto ao Tribunal de Justiça para reaver os recursos sequestrados. Entretanto essa é uma decisão que não tem prazo legal para ser proferida pelo Tribunal, o que significa que, se houver uma decisão favorável, esse dinheiro só poderá ser utilizado para pagamentos futuros.

## SINTRAM

A presidente do Sindicato dos Trabalhadores Municipais de Divinópolis e Região Centro-Oeste (Sintram), Luciana Santos, lembrou que o depósito de R\$ 1 mil nesta quinta-feira, é um bom sinal, mas não atende à reivindicação dos servidores do quadro geral do município, que em assembleia ocorrida na semana passada colocaram como um dos itens para um acordo a definição de um cronograma para pagamento dos salários dentro do mês de dezembro

do corrente ano, com valor mínimo de R\$ 2 mil por parcela. “Nós ainda não sentamos à mesa de negociação com o Executivo para discutir as reivindicações dos servidores. Encaminhamos um ofício ao prefeito apresentando as exigências da categoria e pedimos a marcação de uma reunião em regime de urgência para discutirmos a viabilidade de atendimento das reivindicações da classe. Esperamos que essa reunião ocorra no mais tardar até a semana que vem”, esclareceu a presidente.

# Brasil ocupa 4º lugar em ranking de tributos na conta de luz

*A conta da Cemig está entre as mais tributadas do país*



**POR LUCIANO NASCIMENTO**

*Repórter da Agência Brasil*

A redução de encargos e tributos nas contas de luz do país, resultaria em uma tarifa mais barata para o consumidor, é o que defende a Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica (Abradee). A associação lançou nesta terça-feira (4) um estudo comparativo com 33 países que mostra que o Brasil possui a quarta maior carga tributária na conta de luz, ficando atrás apenas da Dinamarca, Alemanha e Portugal.

De acordo com o estudo, que levou em consideração valores tarifários de 2017, 64% do valor que os dinamarqueses pagam pela luz

correspondem a tributos. Na Alemanha, esse percentual equivale a 55%; em Portugal, a 52%; e no Brasil totaliza 41%. Os dados mostram ainda que as menores cargas tributárias são cobradas no Reino Unido (5%) e no Japão e Austrália, ambos com 9% de encargos tributários.

No ranking da Abradee, o Brasil ocupa uma posição intermediária no preço final da energia elétrica, ficando na 16ª posição. A Alemanha aparece em primeiro lugar, com preço médio da tarifa residencial mais alto de todos, equivalente US\$ 359 por Megawatt-hora (MWh). Em seguida vem a Bélgica, onde o preço médio da energia é de US\$ 335/MWh, e a Dinamarca com US\$ 334 MWh. As menores tarifas são cobradas no México, com média de US\$ 64/MWh; Coreia do Sul, com US\$ 107/MWh e Canadá com US\$ 109/MWh.

Caso houvesse redução na carga tributária, a tarifa média de luz no Brasil passaria de US\$ 200/MWh para US\$ 118/MWh e o país passaria a ocupar a nona posição no ranking das menores tarifas.

## PREÇO EM REAIS

Em reais, o custo médio da energia no país fica em R\$ 470/MWh, dos quais R\$ 55 são relativos a

encargos e tributos. A Região Sudeste paga a maior parcela de encargos, R\$ 63/MWh, com custo médio da energia em R\$ 470/MWh. O menor valor de encargos está no Nordeste, R\$ 34/MWh, com custo médio da energia em R\$ 464 MWh.

Dos 41% de encargos e tributos, o estudo aponta que 27,4% respondem diretamente a impostos. Já os encargos relativos a Conta do Desenvolvimento Energético (CDE) somam 10%. A CDE fomenta políticas públicas voltadas para a universalização do serviço de energia elétrica em todo o território nacional; concessão de descontos tarifários para usuários de baixa renda, rural, serviço público de água, esgoto e saneamento, geração e consumo de energia de fonte incentivadas, entre outros.

Outros 10% vão para o Programa de Incentivo das Fontes Alternativas de Energia (Proinfa); enquanto que os 2,1% restantes correspondem a Encargos de Serviço do Sistema (ESS) e de Energia de Reserva (EER) e pesquisa e desenvolvimento.

De acordo com o presidente da Abradee, Nelson Leite, para as distribuidoras os encargos contidos na CDE são neutros, pois são repassados ao consumidor. A associação pontua que é preciso debater os encargos do setor e definir parâmetros para a sua continuidade e citou como exemplo os subsídios para a chamada microgeração distribuída, voltados para quem produz e injeta energia nas redes das distribuidoras.

“Esses consumidores não pagam pelo uso da rede e a distribuidora vai ter uma perda de receita por conta dessa fatia. Mas nesses casos, ela arca com essa diferença até a próxima revisão tarifária e quando isso chegar, o regulador vai cobrar do consumidor esse custo”, disse Leite. “Precisa ter prazo para começar e terminar. Você cria um subsídio para estimular uma determinada atividade econômica e ela fica competitiva, então você não precisa mais dele”, acrescentou.

O presidente da Abradee disse ainda que debateu o tema com as equipes do atual e do próximo governo, apresentando um levantamento de todos os subsídios. “O governo atual tem ciência dessa

questão dos subsídios e tem ciência de que não se consegue fazer a modicidade tarifária sem rever essa questão. Colocamos isso também para a nova equipe econômica como um ponto de aperfeiçoamento do modelo”, disse.

## ACOMPANHAMENTO DA CONTA DE LUZ

A Abradee informou também que lançou uma plataforma de conteúdo para disponibilizar informações sobre o setor elétrico. Batizada de **Energia Sempre com Você**, a plataforma inclui vídeos, ebooks, podcasts e outros conteúdos sobre o segmento. De acordo com o presidente da associação, a medida visa a buscar maior proximidade com os consumidores. “Estamos vivendo transformações tecnológicas disruptivas no setor de energia elétrica”, disse Leite. De acordo com o executivo, em breve, aplicativos possibilitarão aos consumidores acompanharem o gasto de energia online.

“[Com essas mudanças], o consumidor passa a ser consumidor-produtor, gerando também a sua renda e adotando uma postura mais ativa com relação a rede; um maior empoderamento. E por isso é importante que ele tenha mais informações e que sua relação com a distribuidora seja pautada por um conjunto de informações com rapidez e transparência”, disse. “A digitalização do setor vai nos trazer um volume de dados enorme com uma quantidade enorme de sensores nas redes enviando informações que o consumidor poderá ter acesso online”, disse Leite.

Em novembro, a Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) lançou um aplicativo chamado Aneel Consumidor que promete ajudar os consumidores a entender a composição da conta de luz e facilitar a apresentação de reclamações, sugestões, elogios e denúncias relacionados à qualidade do serviço prestado pelas empresas concessionárias e permissionárias. De acordo com a agência, o objetivo do aplicativo Aneel Consumidor é simplificar o atendimento e dar mais transparência sobre a cobrança das tarifas de energia.

# Justiça aumenta pena do ex-governador Sérgio Cabral em mais de 45 anos



**POR VLADIMIR PLATONOW**

*Repórter da Agência Brasil*

O ex-governador do Rio de Janeiro Sérgio Cabral teve sua pena aumentada, em segunda instância, em sete meses, totalizando agora 45 anos e 9 meses. O julgamento, referente à Operação Calicute, foi nesta terça-feira (4), na 1ª Turma do Tribunal Regional Federal da 2ª Região (TRF2).

Já a ex-primeira-dama Adriana Ancelmo teve a pena reduzida de 18 anos e 3 meses, na primeira instância, para 12 anos e 11 meses. Adriana poderá voltar para a prisão em regime fechado, assim que se esgotarem os recursos.

O ex-secretário de Governo Wilson Carlos foi condenado a 18 anos e um mês de prisão e Hudson Braga, que atuou na Secretaria de Obras, pegou pena de 18 anos e quatro meses. Carlos Miranda, que era assessor de Cabral e foi o principal delator do esquema, foi condenado a 20 anos e seis meses, mas será beneficiado pela colaboração com a Justiça.

Wagner Jordão e Luiz Carlos Bezerra, ex-assessores de Cabral, foram condenados, respectivamente, a 13 anos e seis meses e cinco anos e oito meses.

Os procuradores regionais da República Rogério Nascimento e Mônica De Ré, do Ministério Público Federal, informaram que vão recorrer da redução de algumas penas, especialmente a de Adriana Ancelmo.

Também foram condenados Luiz Paulo Reis, apontado como operador do esquema, a três anos e sete meses; Paulo Fernando Magalhães Pinto, ex-assessor de Cabral, a três anos e seis meses; e o empresário Carlos Borges, a três anos e seis meses de prisão.

Participaram do julgamento os desembargadores Ivan Athié, Paulo Espírito Santo e Abel Gomes, que foi o relator do caso.

## O SINTRAM INFORMA

*Os cidadãos que precisam solicitar a emissão do título de eleitor, fazer o cadastramento biométrico, atualizar seus dados, pedir transferência ou regularizar qualquer pendência com a Justiça Eleitoral já podem procurar os cartórios. O cadastro eleitoral foi reaberto no mês passado e os cartórios voltaram a oferecer todos os serviços aos eleitores.*

*Os eleitores que desejam obter uma certidão de quitação para comprovar que estão em dia com a Justiça Eleitoral já podem, com a reabertura do cadastro eleitoral, conseguir o documento no site do TSE. Ou, ainda, procurar o cartório eleitoral.*

*O aviso é importante principalmente para quem tem alguma irregularidade, como, por exemplo, os eleitores que tiveram o título cancelado por não comparecerem ao cadastramento biométrico nos municípios onde a biometria é obrigatória. Em Betim, Contagem, Uberaba e*

*Uberlândia, últimos municípios mineiros a fazerem a revisão biométrica, são mais de 213 mil pessoas nessa situação.*

*Para buscar qualquer atendimento, o eleitor deve comparecer a um cartório eleitoral levando documento oficial de identidade que comprove a nacionalidade brasileira e comprovante de endereço. O documento pode ser carteira de trabalho, carteira de identidade, carteiras emitidas por órgãos reguladores de profissão, certidão de nascimento ou de casamento. Não serão aceitos a carteira nacional de habilitação e o novo passaporte. Os homens devem apresentar comprovante de quitação do serviço militar (de 1º de julho do ano em que completar 18 anos até 31 de dezembro do ano em que completar 45 anos). O atendimento na maior parte dos municípios pode ser agendado pelo telefone 148 ou pelo site do TRE.*



# Polícia Federal deflagra a 57ª Fase da Operação Lava Jato e mira novos desvios na Petrobras

Foto: Comunicação/PF



*Ao todo, são cumpridas 37 ordens judiciais, sendo 26 mandados de busca e apreensão, 11 de prisão preventiva e seis intimações nos estados do Paraná e Rio de Janeiro*

**(Congresso em Foco)** A Polícia Federal deflagrou nesta quarta-feira (5) a 57ª fase da Lava Jato, batizada de Operação Sem Limites. Segundo a PF, o alvo é uma organização criminosa que lesava a Petrobras na área de trading, responsável pela compra e venda de petróleo e derivados ligados à companhia por empresas estrangeiras. A ação apura o pagamento de pelo menos US\$ 31 milhões em propinas para funcionários da Petrobras, de 2009 a 2014.

Ao todo, são cumpridas 37 ordens judiciais, sendo 26 mandados de busca e apreensão, 11 de prisão preventiva e seis intimações nos estados do Paraná e Rio de Janeiro. Também foram determinados sequestros de imóveis, a indisponibilidades de contas bancárias de investigados, bem como o bloqueio de valores até o limite dos prejuízos já identificados.

Até as 8h20 da manhã de hoje não haviam sido divulgados os nomes dos presos. São apurados os

crimes de corrupção, organização criminosa, crimes financeiros e lavagem de dinheiro. Os presos serão levados para a Superintendência da Polícia Federal em Curitiba. Também foram identificados indícios de irregularidades na locação de tanques de armazenagem da ou para a Petrobras pelas mesmas empresas investigadas.

“A partir de um esforço investigativo foi possível identificar a existência de criminoso esquema operante até meados de 2014, não sendo possível descartar a continuidade do esquema até os dias atuais, na área de trading da Petrobras com diversas ramificações internacionais (o que reforça a necessidade das medidas judiciais deferidas)”, diz a PF, por meio de nota.

## GANHOS ACIMA DO MERCADO

De acordo com a força-tarefa Lava Jato em Curitiba, o esquema servia para viabilizar o pagamento de propina a executivos e ganhos acima dos praticados no mercado para as empresas envolvidas.

As operações de trading (compra e venda) eram de responsabilidade da Diretoria de Abastecimento, especificamente pela Gerência Executiva de Marketing e Comercialização. O fato de as negociações não precisarem de autorização prévia da Diretoria facilitou a pulverização dos esquemas ilícitos por meio de diversos funcionários de menor escalação que atuavam no Brasil e nos escritórios da Petrobras no exterior.

A PF afirma em nota que grande parte das irregularidades foram cometidas junto a empresas estrangeiras. “A própria Petrobras, inclusive, mantém escritórios e funcionários no exterior para atuação na área de trading, circunstância que facilita, por parte dos agentes públicos e privados envolvidos, o recebimento e divisão de propinas em contas no exterior; A área sofre forte ingerência política decorrente de processos de indicação e manutenção de funcionários nos cargos”, diz a corporação.